

# Novas concessões vão injetar R\$ 161 bilhões

Ministro dos Transportes anuncia plano de leilões rodoviários

DO ESTADÃO CONTEÚDO E DA REDAÇÃO

Foi apresentado ontem, em Brasília, o plano de leilões de concessões de rodovias do Governo Federal para este ano. De acordo com o Ministério dos Transportes, são 12 projetos novos e três disputas por contratos em curso recentemente repactuados. Com potencial para beneficiar o transporte de cargas e o descolamento de veículos leves em todo o País, os investimentos totalizam R\$ 161 bilhões na soma de obras, operações de pedágios e manutenções.

Conforme o ministro dos Transportes, Renan Filho, a estratégia de conceder as rodovias busca garantir investimentos que não dependam dos cofres públicos. “Dessa forma, cada vez mais, poderemos avançar com menos

esforço do erário. É o momento de demonstrar uma dependência menor dos recursos do Tesouro para a infraestrutura rodoviária. Isso vai ser um divisor de águas”, diz.

O calendário indica que o primeiro do ano será realizado no final de fevereiro. Depois disso, o plano é de quatro em maio, um em junho, dois em agosto, um no mês de setembro e o último, entre os novos projetos, em dezembro.

“Pela primeira vez temos projetos nas cinco regiões – Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste –, mostrando que é possível desenvolver projetos em qualquer lugar”, declarou a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

O volume de projetos co-

locados à disposição da iniciativa privada se defronta com desafios como a conjuntura econômica do País. Para Renan Filho, a expectativa é a de que a atual curva de juros passe a cair ainda este ano e alcance estabilidade em 2026.

Ele disse também que as taxas de retorno dos projetos poderão ser ajustadas caso necessário para manter o interesse dos investidores. “A meta deste ano é realizar 15. Se nós realizarmos 12, será o maior volume de leilões da história do Brasil em um ano”, afirmou o ministro.

Ele aponta que entre os obstáculos para efetivação de um leilão estão as análises prévias que cabem ao Tribunal de Contas da União (TCU).